

Capa – páginas 6 e 7

Presidente do CFC faz balanço das atividades do Sistema



Alternando-se entre a abordagem das contas sobre o ano que passou e as projeções para o exercício de 2005, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contador José Martonio Alves Coelho, afirma que é preciso intensificar as relações políticas da entidade. “A pretensão do Sistema

CFC/CRCs é de oferecer, em contrapartida, estudos e pareceres de assuntos pertinentes à classe, bem como ajudar na elaboração de propostas que melhorem, de alguma forma, a vida do brasileiro”. Leia mais sobre essas e outras declarações nas páginas seguintes.

Eventos – páginas 4 e 5

Aracaju se prepara para receber a mulher contabilista

A expectativa é de que mais de mil pessoas participem da quinta edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista. O evento ocorre em maio deste ano. Confira a programação e outros detalhes.

Técnica – página 8

Índice de aprovação no 1º Exame para auditores ultrapassa 90%

Estatísticas mostram excelentes resultados na primeira avaliação para profissionais que desejam fazer parte do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC.



Seções

Editorial	2
Cartas	2
Legislação	3
Eventos	4
Técnica	8

Desenvolvimento Profissional	9
Pioneiros da Contabilidade	10
História da Contabilidade	10
Notícias Contábeis	11
Conselheiros em Destaque	12



Idelfonso Calassancio

O título desta matéria tanto poderia ser “o gato e o rato”, como “o leão e o pato”. Vejamos. O Governo, especialmente o Fisco Federal, vem azucrinando o contribuinte com seguidas surpresas desagradáveis, mais parecendo brincadeiras de gato perverso com indefeso camundongo. São tapas aqui, unhas ali, mordidas acolá, até exaurir as forças do inofensivo adversário. Mas, não ficaria bem comparar, com um simples gato, esse animal tão poderoso, temido e respeitado como rei absoluto da nossa selva tributária, o qual já é conhecido de todos por Leão! Ademais,

fazer analogia do contribuinte com rato?! A não ser pelo tamanho e pouca importância, nada a ver. Vale lembrar, ainda, nessa história que se alguém passa a mão no queijo não é o fornecedor do leite.

Fiquemos, por enquanto, com o subtítulo “o leão e o pato”. Na vida real, é de todos sabido, o rei dos animais tem como única ocupação empregar leões. No mais, cabe ao leão devorar a melhor parte da caça – obtida pelas fêmeas –, dormir ou rugir sua arrogância! Metaforicamente, na certa, seria um tecnocrata impondo normas burocráticas autoritárias para que outros cumpram, a qualquer custo, sua soberana vontade.

Quanto ao “pato”, se o leitor ainda tiver dúvida, é só perguntar quem está pagando o propriamente dito. Acertou quem disse: o contribuinte. Ironias à parte, desde que essa Nação existe – passando pela derrama e o sacrifício de Tiradentes – os sucessivos governos vêm aperfeiçoando a máquina de arrancar dinheiro do povo em troca de péssimos serviços públicos. Difícilmente, será encontrado no planeta um País com uma relação de “custos x benefícios sociais” tão perversa como a do Brasil. A Medida Provisória 232, baixada estrategicamente na virada do ano passado, ilustra bem essa teoria do “leão e do pato”. Leão que, desde a fábula, muito antiga, já devorava na beira do córrego o cordeiro, por motivo tão injusto quanto intolerante.

A coisa agora se passa assim. O nosso leão – sempre dormindo, quando não está emprenhando alguém – deixou sem correção por muitos

exercícios a tabela do IR, faturando milhões, pagos indevidamente pelos patos contribuintes. Como a correção devida já estava ficando vergonhosa demais, Sua Majestade resolveu aliviar o sufoco dos patos, corrigindo uma pequena parte. Fez, então, uma festa em torno da sua bondade. Ele devia três, prometeu pagar um e tome carnaval pela magnanimidade do Governo! Mas, para cobrir o “prejuízo”, discretamente, usando as manhas próprias dos felinos, enfiou as unhas nos prestadores de serviço, confiscando parte substancial das receitas ‘que eles presumiam obter, trabalhando arduamente e se tudo corresse conforme o planejado.

Não bastasse a vergonha de o Poder Executivo legislar sobre tudo o quanto lhe interessa, por meio desse indecente e deturpado instrumento apelidado de Medida Provisória, o povo brasileiro ainda tem que suportar o achincalhe de ter que cumprir uma legislação feita a toque de caixa; cheia de subterfúgios e malabarismos, quase sempre voltada para fazer Caixa.

Lendo a MP 232 tem-se uma noção dos desmandos da nossa Legislação Tributária. Os dispositivos “caça-níqueis”, aumentando a já intolerável carga de tributos são em torno de dez. A confusão seria hilária, não fosse tão cruel para os profissionais que ganham a vida tentando aplicar a Lei com seriedade. Só para exemplificar: o art. 5º da MP 232 altera o art. 30 da Lei nº 10.833; já o art. 6º reporta aos arts. 8º e 15 da Lei nº 10.925, enquanto o art. 8º modifica a alíquota de que trata o art. 55 da Lei nº 7.713. Continuando, o art. 10 dá nova redação aos artigos 2º, 9º, 15, 16, 23, 25 e 62 do Decreto nº 70.235 e por aí vai. Tudo isso numa Medida Provisória – já antecipando aumentos de impostos para os próximos anos – cuja finalidade, simplesmente, seria corrigir uma tabela, que vem acumulando, há vários anos, efeitos inflacionários três vezes maiores que a “bondade” concedida.

Enquanto o leão enche a barriga e ressona sobre a cama fofa da burocracia, sonhando com novos festins, os patos que produzem, infelizmente, numa tentativa desesperada de “salve-se quem puder”, voam, sem destino, sobre o imenso território da informalidade e da sonegação, onde terão de cair para escapar do seu maior predador.

José Martonio Alves Coelho

Presidente do CFC
presidencia@cfc.org.br

Envie um e-mail para comsocial@cfc.org.br e dê sugestões de matérias para as próximas edições do **Jornal do CFC**. A sua opinião é muito importante para nós!

Cartas

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões e pedidos serão bem-vindos.

Carta à Central Globo de Jornalismo

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) encaminhou, em 24 de janeiro, um ofício à editora-chefe do “Jornal Hoje”, jornalista Marilei Zanini, a fim de esclarecer fatos abordados na matéria “Nova Batalha”, transmitida pela emissora em 17 de janeiro

deste ano. A reportagem trouxe a informação de que a advocacia “é a única profissão que tem este tipo de desafio no fim da faculdade”, referindo-se ao Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e sua realização para a obtenção do registro profissional. No documento, o CFC esclarece que,

a exemplo de outros órgãos de fiscalização profissional, realiza, com sucesso, o Exame de Suficiência há cinco anos e que, até o ano de 2004, houve 139.868 inscritos. Até o fechamento desta edição, a Central Globo de Jornalismo ainda não havia se manifestado sobre o assunto.

Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033 - CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Plenário do CFC

Presidente
Contador José Martonio Alves Coelho

Vice-presidentes
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Irineu De Mula
Contador João de Oliveira e Silva
Contador Sergio Faraco
Contador Sudário de Aguiar Cunha

Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo
Olívio Koliver
Antônio Lopes de Sá
Sérgio Approbato Machado
Antonio Carlos Nasi
José Serafim Abrantes
José Maria Martins Mendes
João Verner Juenemann
Alcedino Gomes Barbosa

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Hugo Rocha Braga
Contador Irineu De Mula
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Justino Perini Colledan
Contador José Martonio Alves Coelho
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contador Sergio Faraco
Contador Sudário de Aguiar Cunha
Téc. Cont. Bernardo Rodrigues de Souza
Téc. Cont. José Odilon Faustino
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega
Téc. Cont. Miguel Ângelo Martins Lara
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes

Conselheiros Suplentes


Contador André Faria Lebarbenchon
Contador Antonio Augusto de Sá Colares
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contador José Antonio de Godoy
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Jucileide Ferreira Leitão
Contador Pedro Nunes Ferraz da Silva
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Albino Luiz Sella
Téc. Cont. Francinês Maria Nobre Souza
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. José Lopes Castelo Branco
Téc. Cont. Luiz Auto Faniini

Jornal do CFC

Ano 8 - Nº 74 - janeiro/fevereiro 2005
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Andréa Mota - DF 02226JP
REDAÇÃO: Andréa Mota, Fabrício Santos, Maria do Carmo Nóbrega e William Passos
PROJETO GRÁFICO: Fabioli Rech
DIAGRAMAÇÃO: Sílvia Neves
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega
ANÚNCIOS: Tel: (61) 314-9641
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 65.000 exemplares

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

MP 232: CFC demonstra insatisfação a parlamentares



A Medida Provisória 232/04, que alterou a Legislação Tributária Federal e corrigiu a Tabela do Imposto de Renda em 10% (menos do que o esperado) a partir de 2005, gerou uma série de insatisfação nas lideranças empresariais do País. Além de reclamarem do reajuste, os empresários questionaram o aumento da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 32% para 40% para os prestadores de serviços.

Em reunião realizada no dia 18 de janeiro, na Câmara dos Deputados, parlamentares, dirigentes, empresários e sindicalistas discutiram sobre a melhor solução para os setores que foram diretamente atingidos pela MP. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) esteve representado pela integrante do seu Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, Marta Arakaki. “Precisamos encontrar uma forma criativa para nos livrarmos das amarras impostas pelo Governo”, disse ela.

Um dos objetivos do evento foi propor a criação de uma Comissão Técnica, integrada

por representantes de vários segmentos econômicos, para analisar as medidas legais, assim como consolidar emendas à MP a serem encaminhadas para o Instituto pela Produção, Emprego e Desenvolvimento Social (IPED).

O coordenador da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, deputado federal Augusto Nardes, abriu o encontro lembrando a audiência realizada com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no dia 14 de janeiro. “O ministro espera que a sociedade compreenda que o objetivo não foi aumentar a carga tributária, mas apenas tentar equilibrar o fato de contribuintes iguais recolherem o IR de forma desigual”, informou. A reação dos líderes ao comentário de Palocci foi negativa.

Para o deputado federal José Roberto Arruda, a saída seria tentar “derrubar” a MP ou forçar sua apreciação pela respectiva Comissão Especial Mista. “Podemos analisar a possibilidade de uma convocação extraordinária da Comissão Representativa do Congresso Nacional, para analisar e votar sua constitucionalidade”, revelou.

CRCs se manifestam sobre a Medida Provisória

Os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) têm se manifestado sobre a MP 232, em todo o País. O CRC do Paraná, por exemplo, reuniu, no dia 12 de janeiro, representantes de entidades contábeis para debater o impacto da Medida sobre a prestação de serviços. Na ocasião, foram lembradas a exclusão das empresas

prestadoras no sistema de tributação “Simples” e a majoração da base de cálculo da Contribuição Social de 12% para 32%. “O Governo elegeu esse segmento para tirar a diferença nos impostos, pois os prestadores de serviços não têm como repassar o custo para o cliente”, disse o presidente do CRCMG, contador Nourival de Souza Resende.

Fontes: UAI e CRCPR.

Em destaque

“Cumprimento do Código Civil somente com penalidades”, defende contabilista

O coordenador-adjunto da Câmara de Ética e Disciplina do CFC, conselheiro Mauro Manoel Nóbrega, defende a cobrança de multas para quem descumprir o novo prazo dado pelo Governo de adaptação das instituições (empresas, associações, sociedades e fundações) ao novo Código Civil. Pela segunda vez, a data para essa adequação foi prorrogada. “Aqui no Brasil é assim: se não houver uma represália, o cidadão não cumpre o que lhe é determinado”, avalia o contabilista.

Sua sugestão é a de que se incluam artigos prevendo penalidades na Medida Provisória 234, que ampliou a data final para a entrega das alterações contratuais. De acordo com a MP, as instituições têm até o dia 10 de janeiro de 2006 para realizar as mudanças. Antes, o prazo final era o dia 10 de janeiro deste ano. “Quanto mais se prorrogam essas datas mais aumenta a falta de credibilidade na Medida”, critica Nóbrega.

Hoje, quem não fizer as mudanças dentro do novo período estabelecido fica impedido de, futuramente, obter financiamentos bancários e de participar de licitação pública.

Nóbrega recomenda que as instituições se adaptem ao novo Código Civil – em vigor desde janeiro de 2003 – o quanto antes, a fim de evitar problemas, como “atritos” com um presidente de comissão de licitação mais exigente. “Mesmo com o prazo aberto para as empresas, a pessoa responsável pela licitação pode dificultar o processo, se observar que o empresário não adaptou o seu contrato à nova legislação”, observa.

Conselho Federal lamenta “falha” na nova Lei de Falências

Ao analisar a Lei de Falências, aprovada na Câmara dos Deputados no final do ano passado, o vice-presidente Técnico do CFC, contador Irineu De Mula, detectou uma “falha lamentável”. O Conselho Federal apresentou, durante a tramitação da matéria no Congresso Nacional, “propostas que pressupunham uma maior participação do contador” no processo de recuperação das empresas em dificuldades financeiras. Entretanto, as emendas não foram contempladas no texto final. “Isso deve ser motivo para nós seguirmos ainda mais em

frente. Temos que ser parte da equipe que vai ajudar na recuperação destes negócios”, acredita De Mula.

Apesar de a definição não estar expressa na Lei, pode-se prever um crescimento extra dos negócios das firmas de Contabilidade. É que a nova Lei fortalece a figura do “intermediador”, resultando numa operação de reconstrução empresarial independente dos interesses do dono do negócio. O papel dos contabilistas é o de auxiliar os empreendimentos a se reerguerem financeiramente e encontrarem o caminho da

credibilidade. “E essa avaliação operacional e todo o planejamento deverão ser feitos por um escritório contábil”, aposta Irineu.

Sobre os demais pontos contemplados na Lei de Falências, o vice-presidente Técnico do CFC os avaliou como “viáveis”, no objetivo a que se destinam. “A nova Lei de Falências tem, por exemplo, a capacidade de reduzir o risco de investimento das empresas, dando aos bancos maior segurança na concessão de empréstimos e reduzindo os juros cobrados”, disse De Mula.



Mulheres contabilistas têm encontro inadiável em maio

Divulgação



A acolhedora e hospitaleira **Aracaju**, capital do Estado de Sergipe, se prepara para sediar o maior evento da classe contábil, no Brasil, voltado para o público feminino. Trata-se do “V Encontro Nacional da Mulher Contabilista” (ENMC), que será realizado entre os dias 19 e 21 de maio de 2005, no Teatro Tobias Barreto.

Sob o lema “Mulher Contabilista: Participando na Transformação da Sociedade”, o evento é um espaço para a exposição e o debate de importantes temas do desenvolvimento humano, sociopolítico e econômico relacionados com a profissão contábil, sob a ótica das suas profissionais. A expectativa dos organizadores é de que mais de mil pessoas participem do encontro.

A programação inclui quatro palestras e três painéis, estes últimos divididos em diversos temas e subtemas (veja a íntegra das atividades na página 5). A mestra em comunicação empresarial pela Universidade de Londres, Dulce Magalhães, abordará o tema “Marketing Pessoal: Planeje seu Sucesso”. Já a palestra “A Empresa Brasileira – uma Visão do Futuro” será proferida pela ex-presidente da Companhia de Siderurgia Nacional (CSN), Maria Silvia Bastos Marques.

Outros dois assuntos serão apresentados em palestras, durante o evento: “A Mulher e a Revolução Silenciosa para uma Nova Sociedade” e “Talento para Ser Feliz”. Este será tratado pela presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Capital Humano (IPEDESCH), a fisioterapeuta Leila Navarro. Outro grande tema a ser discutido durante o evento trata da maior participação da mulher na vida política do País. As contabilistas estarão dando sugestões para melhorar o desenvolvimento econômico e social brasileiro, entre outros tópicos.

O V ENMC é realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). “Queremos dar nossa contribuição para melhorar a qualidade de vida feminina e para auxiliar na conciliação dos diversos papéis desempenhados pelas mulheres no cotidiano. Estaremos discutindo, ainda, temas instigantes, como os entraves à ascensão profissional da mulher no mercado de trabalho e as tendências gerenciais e organizacionais nas empresas brasileiras”, aponta a coordenadora do evento e presidente da FBC, Maria Clara Cavalcante Bugarim.

A contadora lembra ainda que outros temas estarão em pauta, como os ligados à adequação da linguagem contábil aos diversos tipos de público. “Levaremos idéias que promovam o crescimento econômico, a simplificação da burocracia e a redução da carga tributária”, acrescenta.

As inscrições podem ser feitas até o dia 10 de maio, somente pelo [site www.cfc.org.br/encontromulher](http://www.cfc.org.br/encontromulher), no qual há outras informações sobre o evento.

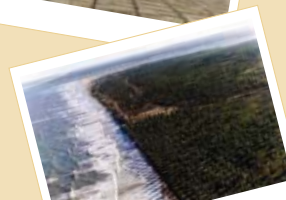
Aracaju

Uma cidade que preserva o passado e investe no futuro

Aracaju tem, aproximadamente, 450 mil habitantes e abriga as mais belas praias do litoral brasileiro, que totalizam uma faixa de areia com 30 quilômetros de extensão. A capital do Estado de Sergipe orgulha-se de ser uma cidade que preserva a história de suas ruas, praças e monumentos, que datam de sua criação em 1855, ao mesmo tempo em que investe na modernidade da arquitetura, representada por edifícios inteligentes e centros de lazer e entretenimento contemporâneos.

O Teatro Tobias Barreto, espaço onde será realizado o ENMC, é um ícone da arquitetura local que integra o Centro de Convenções de Aracaju, um complexo formado por pavilhão de feiras e salas de conferência. O Teatro está próximo ao eixo empresarial da cidade e às principais avenidas de Aracaju. Perto do local, estão situados os principais hotéis, *shoppings*, restaurantes, bares, cinemas e outras áreas de entretenimento. O Centro Histórico está localizado a dez minutos e o Aeroporto Santa Maria a 15 minutos do Centro de Convenções.

O nome de origem tupi, formado pela junção das palavras “arara” e “cajueiro”, confere à Aracaju um cenário que mescla a natureza de seus mangues com as modernas e atraentes áreas de lazer de sua extensa rede hoteleira com padrão internacional. A culinária é outro atrativo à parte e convida os turistas a desfrutarem de frutos do mar inusitados, como a saborosa moqueca de arraia.



Fotos: Divulgação

Histórico

O primeiro Encontro Nacional da Mulher Contabilista foi realizado na capital carioca, em 1991, paralelo à “43ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro”. No ano seguinte, a segunda edição do evento ocorreria em Salvador, na Bahia. Maceió viria a sediar a terceira edição do evento apenas sete anos depois (1999). O último “Encontro Nacional da Mulher Contabilista” foi realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o CRCMG, na capital mineira de Belo Horizonte.

Programação completa

Quinta-feira – 19/5/2005

14 horas – Acolhida

Entrega de credencial e material
Local: Teatro Tobias Barreto

19 horas – Solenidade de abertura

- Contador José Martonio Alves Coelho – Presidente do CFC
- Contador Carlos Henrique Menezes Lima – Presidente do CRCSE
- Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim - Coordenadora da Comissão Nacional da Mulher Contabilista e presidente da FBC
- Maria do Carmo Alves – Senadora (PFL-SE)

19h30min – Palestra: Marketing Pessoal: Planeje seu Sucesso
Palestrante: Dulce Magalhães

21h30min – Coquetel de boas-vindas

Local: Hall do Teatro Tobias Barreto

Sexta-feira – 20/5/2005

8h30min – PAINEL: O Exercício da Profissão Contábil na Ótica do Cliente

- *Simplificação da Burocracia e Redução da Carga Fiscal*
- Painelista: Marta Arakaki
- *Conciliação da Capacidade Econômica do Cliente & Custos Reais*
- Painelista: Célia Sacramento
- *Adequação da Linguagem Contábil aos Diversos Tipos de Usuários*
- Painelista: Márcia De Luca

10horas – Palestra: A Empresa Brasileira – Uma Visão do Futuro
- Palestrante: Maria Silvia Bastos Marques

12h30min – Intervalo

14 horas – Palestra: A Mulher e a Revolução Silenciosa para uma Nova Sociedade
- Palestrante: A definir

15h30min – Intervalo

16 horas – PAINEL: Qualidade de Vida

- *Hábitos de Vida Saudável na Busca da Longevidade*
- Painelista: Tânia Alves
- *Aparência e Auto-estima*
- Painelista: Ala Shzerman

21 horas – Noite de Forró

Sábado – 21/5/2005

9h – PAINEL: Entraves à Ascensão Profissional

- *Superar e Vencer* - Painelista: Maria Helena Koerich
- *Conciliação dos Diversos Papéis* - Painelista: Célia Andrade
- *Políticas Públicas para Mulheres* - Painelista: Nilcea Freire

10h30min – Palestra: Talento para ser Feliz

- Palestrante: Leila Navarro

11h30min – Solenidade de Encerramento / Anúncio do estado-sede do “VI Encontro Nacional da Mulher Contabilista”

Apoio do CFC em eventos para a mulher foi fundamental em 2004

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apoiou, no ano passado, 14 eventos específicos destinados à mulher contabilista, que foram realizados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) dos Estados-sede. A parceria resultou, em média, em um encontro por mês. Nestes ambientes, costumam ser discutidos temas que, posteriormente, são

aprofundados em um evento maior, como é o caso do “Encontro Nacional da Mulher Contabilista” e do “Fórum Nacional da Mulher Contabilista”, realizado, com grande sucesso, durante o 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Santos (SP), de 24 a 28 de outubro.

Entre os eventos ocorridos em 2004, destacam-se fóruns, seminários, painéis e palestras.

Estas atividades refletem os objetivos do projeto do CFC, intitulado “Mulher Contabilista”. A iniciativa tem, como objetivo principal, promover o aprimoramento técnico-cultural, por meio do desenvolvimento de ações de incentivo a uma maior participação das mulheres contabilistas na vida social e política do País. O projeto pretende, desta forma, destacar

o papel e a importância do público feminino no contexto social, além de incentivar o empreendedorismo.

A média de público presente em cada um desses eventos variou entre 150 e 300 pessoas, segundo informações dos próprios CRCs, sendo que o “Fórum Nacional da Mulher Contabilista”, conquistou a atenção de mais de mil pessoas.

Eventos	Data	Local
Fórum da Mulher Contabilista da Paraíba	13 de março	João Pessoa-PB
IV COESCAP e lançamento do V Encontro Nacional da Mulher Contabilista	13 e 14 de maio	Aracaju-SE
2º Encontro do Estado do Rio Grande do Sul – A Mulher na Profissão Contábil	14 de maio	Porto Alegre-RS
VIII Seminário Fisco/Contabilista/Contribuinte de Natal e IV Encontro da Mulher Contabilista Norte-Rio-Grandense	28 e 29 de maio	Natal-RN
Mulher Contabilista Criando Laços	6 de agosto	São Paulo-SP
II Fórum da Mulher Contabilista do Amazonas	20 de agosto	Manaus-AM
I Encontro Estadual da Mulher Contabilista	14 de setembro	Rio Branco-AC
Encontro Paranaense da Mulher Contabilista	17 de setembro	Curitiba-PR
Fórum Nacional da Mulher Contabilista	27 de outubro	Santos-SP
I Fórum da Mulher Contabilista	25 e 26 de novembro	Campo Grande-MS
I Seminário da Mulher Contabilista da Paraíba	26 e 27 de novembro	João Pessoa-PB
I Encontro da Mulher Contabilista do Estado do Espírito Santo	27 de novembro	Vitória-ES
III Fórum Baiano da Mulher Contabilista	1 de dezembro	Salvador-BA
Encontro da Mulher Contabilista	3 de dezembro	Florianópolis-SC
Palestra: A Difícil Missão de Ser Mulher no Século XXI	8 de março	São Luís-MA
Palestra: A Mulher e seu Papel Social no Mercado Contemporâneo	20 de novembro	Cabo de Santo Agostinho-PE



II Fórum da Mulher Contabilista do Amazonas



I Encontro da Mulher Contabilista do ES



2º Encontro do Estado do Rio Grande do Sul



Encontro Paranaense da Mulher Contabilista



IV Encontro da Mulher Contabilista Norte-Rio-Grandense

Fotos: Divulgação



Perfil

José Martonio Alves Coelho

Presidente do CFC

*O contador cearense José Martonio Alves Coelho foi eleito, no dia 6 de janeiro de 2003, para presidir, no biênio 2004/2005, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entidade que representa os interesses profissionais de mais de 350 mil contabilistas em todo o território nacional. Com formação em Ciências Contábeis e Direito, além de ter pós-graduação nas áreas de Educação, Processo Civil e Administração, Martonio ocupou, durante os anos de 2002 e 2003, a vice-presidência de Desenvolvimento Profissional do CFC. Além disso, foi presidente da Comissão que instituiu o Exame de Suficiência para a profissão contábil – a aprovação no Exame garante aos Contadores e Técnicos em Contabilidade a permissão para o registro profissional. Atualmente, o contador ocupa também o cargo de diretor do Centro de Ciências Administrativas da Universidade de Fortaleza (Unifor). Na mesma instituição de ensino, Martonio atua como professor nas disciplinas de Contabilidade Comercial, Perícia Contábil, Direitos Industrial e Falimentar. Em entrevista a **Jornal do CFC**, o contador faz uma retrospectiva do seu primeiro ano de mandato e antecipa alguns projetos do Sistema CFC/CRCs para este ano. Confira!*

JCFC – Qual foi a grande realização do Conselho Federal de Contabilidade em 2004?

Martonio – O Sistema CFC/CRCs deu, mais uma vez, sua contribuição para os mais de 350 mil profissionais registrados neste País, principalmente, no que se refere à educação continuada. Estou me reportando ao 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que bateu recordes no número de obras científicas apresentadas. A produção de trabalhos enriquece a nossa literatura contábil e difunde o conhecimento adquirido pelos seus autores aos demais profissionais e à sociedade. Na outra ponta, o evento mostrou a pujança da classe. Afinal, foram mais de quatro mil pessoas reunidas durante cinco dias, buscando o aperfeiçoamento, a troca de experiências e a realização de negócios. O ano de 2004 foi marcado também por outras conquistas importantes. Retomamos o diálogo com os parlamentares, com o Governo federal e com outras instituições, buscando os interesses da classe contábil, bem como na defesa dos direitos do povo brasileiro. Vale ressaltar as manifestações do CFC em assuntos como a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o recém-aprovado projeto que institui as parcerias público-privadas, a nova Lei de Falências, entre outros tantos.

JCFC – Quais os outros projetos

importantes que foram realizados ou iniciados?

Martonio – Vale citar a realização do 1º Exame de Qualificação Técnica para Auditores Independentes, uma parceria do CFC com o IBRACON. O resultado deste processo foi formidável, já que o índice de aprovados chegou perto dos 95%. Foi também no ano passado que o “Contabilizando o Sucesso” começou a colher seus primeiros frutos. Um instrumento como esse, que permite o aprimoramento dos conhecimentos pelos contabilistas, visando a um melhor assessoramento aos micro e pequenos empresários, não pode ser bom somente

“Somente quem participou do Congresso (17º CBC) é capaz de entender o sentimento de quem esteve no comando...”

para estes profissionais. É bom para o Brasil, já que a finalidade do projeto é diminuir a mortalidade precoce destes empreendimentos. O apoio aos cursos de Mestrado na área de Ciências Contábeis também foi ampliado neste período. O CFC, por meio do programa “Excelência na Contabilidade”, beneficiou, em 2004, alunos de cinco universidades, em diversas partes do País.

JCFC – Como já foi dito, o CFC intensificou sua relação política com outras instituições em 2004, principalmente, com o Congresso Nacional. Como será em 2005?

Martonio – Podemos citar algumas parcerias como a que temos com a Fenacon, que, no ano passado, resultou na apresentação de propostas para a desburocratização fiscal e tributária e para a

abertura de empresas no Brasil. Um belo trabalho que foi apresentado aos ministérios da Fazenda e do Planejamento e que nos servem de passaporte para futuras discussões sobre assuntos emanados do Governo. No Congresso Nacional, o CFC conta com o apoio de diversos parlamentares, graças a um trabalho de acompanhamento e de visita a deputados e senadores que analisam projetos de interesse do Sistema CFC/CRCs. Nossa intenção é oferecer, em contrapartida, estudos e pareceres de assuntos pertinentes à classe, bem como ajudar na elaboração de propostas que melhorem, de alguma forma, a vida do brasileiro. Este ano, o objetivo é intensificar ainda mais as relações do Sistema com o Congresso Nacional e demais entidades que queiram desenvolver projetos nesse sentido.

JCFC – O senhor iniciou sua gestão com uma tarefa complexa que estava por vir: realizar o 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Qual o sentimento, hoje, depois de ter feito um encontro no qual se reuniram mais de 4,5 mil contabilistas?

Martonio – Somente os participantes do Congresso são capazes de entender o sentimento de quem esteve no comando de tão grandioso evento. Sabe por quê? Porque estes congressistas ajudaram na construção do encontro. Estiveram lá e colocaram seu “tijolo” como contribuição na edificação do 17º CBC. Acho que todos esses empreendedores, hoje, sentem a mesma satisfação que eu tive.

JCFC – Neste ano, será realizada a 26ª Conferência Interamericana de Contabilidade, em Salvador, inclusive com a participação de delegações estrangeiras. O que esperar deste evento?

Martonio – A Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e o CFC estão empenhados em realizar um encontro para duas mil pessoas e à altura dos demais realizados pelo mundo afora. Este evento em Salvador também deverá ser caracterizado pelo alto nível do público-participante e de seus palestrantes.

JCFC – O que os contabilistas podem esperar para 2005?

Martonio – O Sistema CFC/CRCs tem o compromisso de intensificar sua batalha no Congresso Nacional, visando à aprovação de, inicialmente, dois projetos de lei que interessam diretamente à classe: o PL 2.485/03 e o PL 2.674/03. O primeiro dispõe sobre a representatividade dos Estados no Plenário do CFC e o segundo define as atribuições do profissional da Contabilidade e a forma de registro do mesmo. Acredito que a aprovação destas matérias representará um grande avanço para a categoria brasileira. No cenário macroeconômico, o País começa a atravessar um “céu-de-brigadeiro” e isso faz com que nós, contabilistas, estejamos atentos aos movimentos dos investidores no Brasil. É imprescindível que ofereçamos a devida segurança ao mercado para que tão valiosos recursos, de fato, venham para cá. Neste contexto, cabe ao Sistema a elaboração e a divulgação de normas que atinjam esse objetivo. A harmonização dos procedimentos contábeis, por exemplo, é um dos assuntos que estão na nossa pauta de trabalho, já que começam as cobranças externas em relação ao posicionamento do Brasil frente a esta padronização.

JCFC – Durante o ano de 2004, muitos candidatos não foram aprovados no Exame de Suficiência. Qual seria o motivo desta não-classificação?

Martonio – O ensino no País tem sido, ao longo dos anos, muito criticado por oferecer poucas condições ao aluno de ampliar os seus conhecimentos nas áreas profissionais em que optou seguir. As grades curriculares de alguns cursos universitários também estão

desatualizadas e não acompanham a realidade vivida pelos profissionais no mercado de trabalho, ou seja, não os preparam corretamente para enfrentar os desafios do cotidiano empresarial. A baixa incidência de aprovados no Exame de Suficiência é um reflexo de todas essas deficiências contidas no sistema educacional. Mas, o Sistema CFC/CRCs tem se mobilizado para mudar este quadro. Recentemente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) se manifestou a favor do Conselho Federal de Contabilidade no que diz respeito à ampliação na duração dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Ao invés da redução da carga horária destes de 2.700 horas atuais para 2.400 horas, conforme proposto inicialmente, a intenção é de aumentar em 300 horas, passando para 3.000 horas. No fim do ano passado, participei de uma reunião com o Ministro da Educação, Tarso Genro, na qual foi sugerido que os contabilistas – por meio do CFC e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis – pudessem avaliar os cursos de mestrado e doutorado em Contabilidade. Por enquanto, é o que posso antecipar.

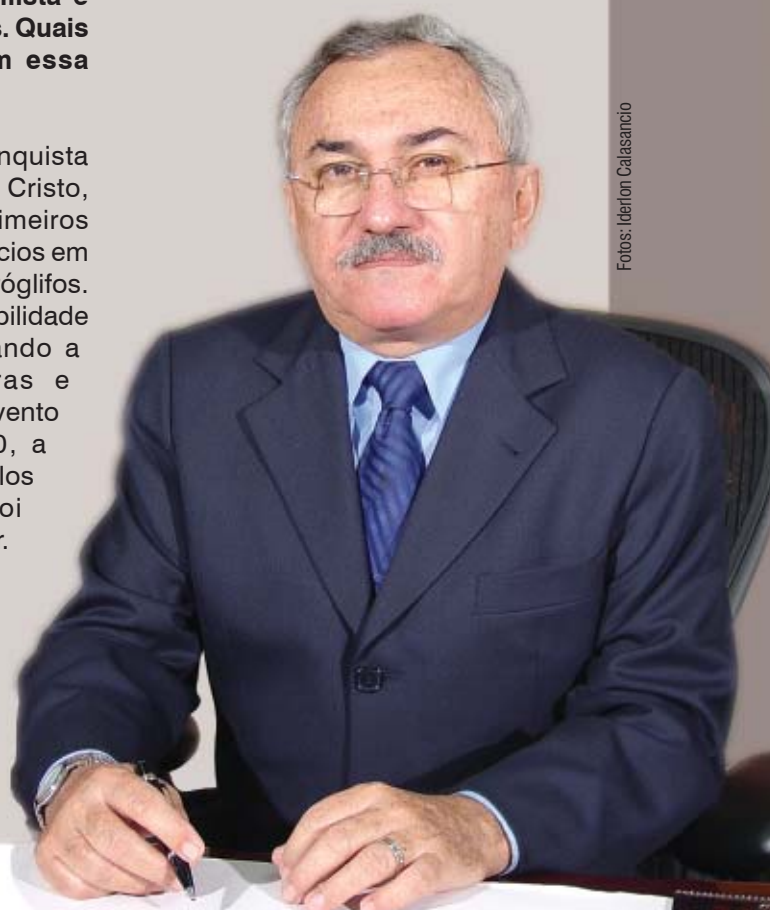
JCFC – A profissão do contabilista é uma das mais conceituadas do País. Quais foram os fatores que motivaram essa conquista?

Martonio – Na verdade, tal conquista começou há 4.500 anos antes de Cristo, quando os escribas fizeram os primeiros registros dos balanços de seus negócios em papiros, utilizando o sistema de hieróglifos. Após a Revolução Industrial, a Contabilidade evoluiu em todo o mundo, passando a controlar as gestões financeiras e econômicas dos países. Com o advento da tecnologia na década de 80, a qualidade nos serviços prestados pelos profissionais da Contabilidade foi ampliada e não parou mais de evoluir. Mais do que nunca, o contabilista tem, hoje, ferramentas que o auxiliam na construção de bases sólidas para o desenvolvimento correto de seu trabalho, recebendo, desta forma, o reconhecimento e o respeito da sociedade.

“A harmonização dos procedimentos contábeis, por exemplo, é um dos assuntos que estão em nossa pauta de trabalho...”

“O Sistema CFC/CRCs tem o compromisso de intensificar sua batalha no Congresso Nacional, visando à aprovação de, inicialmente, dois projetos de lei que interessam diretamente à classe.”

**José Martonio
Alves Coelho**
Presidente do CFC



Exame de Qualificação Técnica

Estatísticas apontam alto índice de aprovação

Fernanda de O. e Sousa



O 1º Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC, realizado em novembro de 2004, contabilizou um índice de 94,9% de aprovação dos auditores na prova de Qualificação Técnica Geral (186 aprovados) e de 88,5% na prova específica para os contadores que pretendem atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central (Bacen) – 271 aprovados. A avaliação visa comprovar os conhecimentos específicos nas áreas de Contabilidade e Auditoria, a fim de habilitar auditores para a atuação no mercado de valores mobiliários e/ou financeiro. O Exame foi aplicado apenas em

profissionais com, no mínimo, cinco anos de experiência em auditoria.

Ao todo, foram registradas 402 inscrições, sendo facultada aos auditores a opção de realizar uma ou ambas as provas. Desse total, inscreveram-se para a prova de qualificação técnica geral 234 auditores, e para a específica do Bacen, 363. Foram dispensados da primeira os auditores que já estavam habilitados para a atuação no mercado de capitais. Participaram das provas **candidatos** inscritos em 16 CRCs, sendo que o de São Paulo registrou o maior número de candidatos (180 inscritos), seguido do Rio Grande do Sul, com 56 (veja abaixo).

Segundo o vice-presidente Técnico do CFC e integrante da Comissão Administradora do Exame, contador Irineu De Mula, o alto índice de aprovação estava dentro do esperado, já que a avaliação foi direcionada a auditores com larga experiência profissional. “Estamos satisfeitos com a prova, que teve um razoável grau de dificuldade, segundo disseram especialistas na matéria. Isso mostra que os auditores estavam muito bem preparados,

como comprova a linearidade do nível dos candidatos por Estado”, enfatizou.

Para o coordenador da Comissão, contador Pedro Coelho Neto, “o Exame de Qualificação Técnica teve, nessa primeira versão, a finalidade de atender à CVM e ao Bacen que, na condição de órgãos reguladores, passaram a exigir dos auditores que pretendiam trabalhar em auditoria, no âmbito das empresas ligadas ao mercado de capitais e na área financeira, respectivamente, a aprovação em exame de qualificação”.

Segunda edição – A segunda edição do Exame será em maio deste ano. Aqueles reprovados no Exame poderão repeti-lo quantas vezes forem necessárias. Já os aprovados deverão procurar o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de seu Estado, para orientações. Neste primeiro Exame, apenas 5,1% dos candidatos não foram aprovados na prova de qualificação técnica. Dos inscritos na prova do Bacen, as reprovações representaram 11,5%. O índice de ausências foi de 16,23% (qualificação técnica geral) e de 15,7% (Bacen).

CRE analisa relatório e define diretrizes para 2005



Divulgação

O Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) (foto) se reuniu na sede do CFC, nos dias 6 e 7 de janeiro, para avaliar o relatório de 2004 (ano base 2003) e a listagem dos auditores que se submeterão, em 2005, ao Programa. De acordo com o relatório, quase 100 auditores independentes e empresas que fazem auditorias para companhias de capital aberto foram fiscalizados, de janeiro a setembro do ano passado, pelo CRE. Os dados estão respaldados nos relatórios e nas cartas de recomendações emitidas pelas empresas de auditoria revisoras e nos planos de ações elaborados pelas empresas de auditoria revisadas. Ao todo, foram fiscalizados 71 estabelecimentos e 28 pessoas físicas; deram “baixa” no cadastro da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) três empresas e quatro pessoas físicas. Os resultados apontam também que 36 relatórios de empresas e dez de pessoas físicas foram aprovados pelo Comitê. Já o número total de relatórios não-aprovados atingiu 18. Segundo o integrante do CRE, contador Irineu De Mula, “para este quarto ciclo de revisões de controle de qualidade, já selecionamos os que serão submetidos em 2005. Entre eles, encontra-se a mesma proporção de empresas de auditoria e de pessoas físicas, selecionadas por tamanho, que tiveram indicações anteriores de necessidade de melhorias nos seus procedimentos; outros foram por sorteio, obedecendo à proporcionalidade”. A avaliação dos resultados das revisões, em especial os do último ano, estabelecerão as premissas para treinamentos e para o desenvolvimento técnico. “Estas últimas revisões mostram uma queda acentuada nos problemas encontrados em 2004, revelando que a profissão ainda precisa melhorar alguns procedimentos e a qualidade no exercício profissional”, concluiu.

1º Exame de Qualificação Técnica para Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

CRC	Total		Qualificação Técnica Geral				Banco Central			
	Inscritos	Homologados	Inscritos	Aprovados	Reprovados	Ausentes	Inscritos	Aprovados	Reprovados	Ausentes
CRCBA	6	5	5	4	0	1	6	3	0	3
CRCCE	6	6	4	4	0	0	5	5	0	0
CRCDF	9	9	7	7	0	0	9	8	1	0
CRCES	5	4	3	2	1	0	4	2	1	1
CRCGO	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0
CRCMG	31	30	14	12	0	2	29	24	1	4
CRCMT	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
CRCPA	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0
CRCPE	16	10	11	5	0	6	16	6	1	9
CRCPI	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1
CRCPR	23	22	18	13	1	4	19	15	3	1
CRCRJ	40	40	24	21	1	2	37	30	3	4
CRCRS	56	56	28	19	4	5	50	35	10	5
CRCSC	25	24	12	11	0	1	25	19	5	1
CRCSE	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1
CRCSP	180	180	103	85	2	16	160	124	9	27
Total	402	390	234	186	10	38	363	271	35	57
				(94,9%)	(5,1%)	(16,23%)		(88,5%)	(11,5%)	(15,7%)

Observação: Os gabaritos de ambas as provas e os resultados finais já estão disponíveis no site do CFC: www.cfc.org.br/Tecnica

Mudanças à vista na carga horária dos cursos de Contabilidade do País

Os cursos de Ciências Contábeis no Brasil poderão ter um aumento na carga horária mínima obrigatória. Serão 300 horas a mais na grade atual, que totalizam 3.000 horas. É o que prevê o Parecer nº 329/2004, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para ter efeito de lei, o Parecer precisa ser homologado pelo Ministério da Educação e ser publicado no Diário Oficial da União (DOU), mas o fato já representa uma “vitória” para o ensino, na visão do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De acordo com o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional da entidade, contador Sudário de Aguiar Cunha, o aumento da carga horária possibilitará às instituições de ensino incluir ou ampliar disciplinas no currículo dos cursos já em vigor. “É uma oportunidade de melhor preparar os futuros profissionais”, salienta. Para atender à ampliação do curso, Sudário defende a inclusão de matérias que contemplem a área de gestão e de modelo de gestão. “Se o contador de médias e grandes empresas não entender destas áreas, ele não saberá elaborar um plano de contas, que é a alma da Contabilidade”, justifica.

Na opinião de Sudário, a aprovação do texto final do Parecer tem um motivo a mais para se comemorar. Por meio de manifestações realizadas pelo Sistema CFC/

CRCs nesta gestão (2004-2005), os relatores do Parecer no CNE decidiram alterar o relatório preliminar que, ao invés de aumentar, diminuía o tempo de duração do curso de bacharelado em Ciências Contábeis. A intenção inicial era reduzir das atuais 2.700 horas para 2.400 horas.

Parecer – Cada curso definirá como será ampliada sua carga horária, desde que respeitado o número mínimo de horas e mencionado o tempo máximo de integralização do curso. Segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, os alunos que já estão cursando as disciplinas não deverão ser atingidos pela nova medida. “Pelo parecer já aprovado, o prazo de adaptação para o cumprimento da nova carga horária será de dois anos, conta-

dos a partir da publicação do Parecer no DOU”, reitera Sudário de Aguiar.

O Parecer define ainda que o estágio e as atividades complementares dos cursos de graduação (modalidade presencial), já incluídos na carga horária total do curso, não deverão exceder a 20%, exceto para aqueles com determinações legais específicas. Até o fechamento desta edição, a Secretaria de Ensino Superior do MEC não tinha previsão de quando o ministro da Educação, Tarso Genro, homologaria o referido Parecer.

Lideranças pedem avaliação dos cursos de mestrado e doutorado

O ministro da Educação, Tarso Genro, participou, na segunda quinzena de dezembro, de um café-da-manhã com lideranças contábeis do País (foto). Em São Paulo, foi sugerido que os contabilistas, por meio do CFC e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, possam avaliar os cursos de mestrado e doutorado na área. Foi entregue uma proposta de que a Contabilidade seja considerada como um ramo “autônomo” nas classificações e considerações sobre cursos de pós-graduação.

O grupo ainda reivindicou ao ministro que sua pasta facilite aos Estados mais pobres e que não possuem doutores e mestres, ou que tenham um número insuficiente destes, a implantação de cursos de mestrado e doutorado. Participaram do encontro, os presidentes do CFC; da Academia Brasileira de Ciências Contábeis; do CRCSP; da Fenacon; do Sescon-SP; e o diretor da Faculdade Trevisan, Fernando Augusto Trevisan.



Divulgação

Novas regras para o 11º Exame de Suficiência

No último dia 4 de janeiro, foi publicado, no Diário Oficial da União, o edital do 11º Exame de Suficiência – passaporte para a obtenção do registro profissional –, informando que as inscrições estarão abertas até o próximo dia 4 de março. Neste ano, o edital trouxe algumas mudanças para os candidatos (veja quadro). Uma delas diz respeito aos recursos. “Não serão aceitos recursos apresentados por meio de aparelho de fax, via postal ou correio eletrônico”, antecipa o integrante da Comissão Organizadora do Exame, professor Oscar Lopes da Silva.

Neste caso, o candidato deverá protocolar o recurso no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), no prazo de 30 dias, a partir do

dia seguinte à aplicação da prova.

Quanto ao conteúdo, o professor frisa que as questões da prova estarão ainda mais voltadas para a realidade do mercado. “Assim, o Exame irá avaliar se, realmente, o candidato está apto para ingressar nele”, concluiu. As provas, tanto para Técnico quanto para Contador, terão 50 questões objetivas, valendo um ponto cada uma. Os candidatos deverão comparecer às sedes dos CRCs e nos locais por estes indicados, para efetuar a inscrição no valor de R\$ 46. “Estou ansiosa. O conteúdo das provas, desde a última edição, tem abrangido bem os assuntos, destacando pontos específicos. A linha de raciocínio também é mais clara e concisa”, avalia a bacharela em Ciências Contábeis, Raquel Pires Branco da Silva, que, pela segunda vez, enfrentará as provas do Exame.

A opinião é compartilhada com o bacharel Júlio César Segurado Coelho. “O Exame é uma

arma poderosa para mostrar à sociedade que a profissão se faz valer no mais alto grau de

integridade e competência. Com as novas mudanças, o nível entre os candidatos vai melhorar a cada edição”, acredita. Desde que foi criado, o Exame de Suficiência contabiliza um total de 139.868 inscritos (exceto os ausentes).

“Após a implantação do Exame de Suficiência, a classe está sendo mais valorizada.”

Raquel Pires



Divulgação

MUDANÇAS PARA O 11º EXAME DE SUFICIÊNCIA

- Não serão aceitos recursos apresentados por meio de aparelho de fax, via postal ou correio eletrônico.
- Os recursos terão que conter dados necessários à identificação do candidato, tais como número de inscrição, documento de identidade e a categoria para qual se inscreveu.
- Os recursos deverão ser fundamentados com base nos conteúdos programáticos sob o que requer, em formato de requerimento, sob pena de não serem aceitos.

“Sem dúvida, o Exame de Suficiência veio para filtrar os verdadeiros profissionais.”

Júlio César Segurado Coelho

Divulgação

CRCTO “Nunca é tarde para recomeçar”



Maria Rosimeire Gonçalves

Maria Rosimeire Gonçalves adiou, por alguns anos, o sonho de ter o seu próprio escritório contábil. “Minha primeira formação foi a de magistério, mas não queria lecionar”, revela. Um dos primeiros

empregos foi em um escritório. “Comecei a trabalhar como assistente administrativo. Logo me senti influenciada pela Contabilidade”, comenta.

No ano de 1973, concluiu o curso de Técnico em Contabilidade. “Apareceram algumas oportunidades, entre elas a chance de entrar, por meio de concurso público, na filial do Banco da Amazônia, em Goiás. Natural de Aragarças, divisa daquele Estado

com Mato Grosso, Maria Rosimeire, reside, hoje, em Araguaína (TO). “No banco, desempenhei atividades na área administrativa e na de Contabilidade por 27 anos”, disse.

Em 2005, a também contadora irá realizar um sonho antigo: montar, junto com colegas da profissão, um escritório contábil. “Acabo de me aposentar e, como não queria ficar parada, resolvi voltar a exercer a profissão”, avalia. A contabilista lembra que a informatização da Contabilidade trouxe muitos benefícios, vantagens essas que ninguém imaginava como iriam facilitar a vida do profissional. “Percebo que a Contabilidade está presente em todas as empresas, o que não ocorria antigamente; confesso que estou ansiosa para trabalhar, afinal, nunca é tarde para recomeçar”, conclui.

CRCGO “Eu nasci para ser contabilista”

Natural de Araguari (MG), o técnico em Contabilidade Hilton Resende afirma ter feito a escolha certa para sua vida profissional. “Tentei fazer outros cursos, mas nunca dava certo. Foi quando resolvi estudar Contabilidade”, lembrou. O primeiro emprego na área foi na Prefeitura Municipal de Anápolis. “Comecei antes mesmo de me formar”, confidenciou.

Durante os oito anos que trabalhou no local, Hilton aprimorou os conceitos que aprendera na Escola Técnica de Comércio, em Anápolis (GO). “Naquela época, os alunos estavam bem mais preparados; já prontos para atuar no mercado”, recordou. Para o Técnico, o ensino atual deixa muito a desejar. “Quando terminei o curso, sabia, perfeitamente, lidar com Contabilidade agrícola, pastoril,

comercial, industrial e bancária. Hoje, o profissional saiu do curso sem saber quase nada”, avaliou.

Ele se lembra de quando foi conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na gestão do ex-presidente Ivan Carlos Gatti (1990-1993). “Ele tinha uma visão democrática da profissão”, recorda-se. O contabilista também foi diretor de assuntos fiscais no Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO) e, após 12 anos, retornou para o Sindicato dos Contabilistas de Anápolis, além de administrar um escritório contábil.

Divulgação



Hilton Resende

História | da Contabilidade

Museu Brasileiro de Contabilidade

Pascalina

Aos 18 anos, o filósofo, físico e matemático francês Blaise Pascal, que trabalhava com seu pai em um escritório de coleta de impostos, desenvolveu, em 1642, uma máquina de calcular para auxiliar nos trabalhos de Contabilidade. A máquina era baseada em dois conjuntos de discos: um para a introdução dos dados e outro que armazenava os resultados, interligados por meios de engrenagens.

A Pascalina, como ficou



Divulgação

conhecida, foi a primeira calculadora mecânica do mundo. Pascal recebeu uma patente do rei da França para que lançasse a máquina no comércio. Apesar da criação, a comercialização não foi muito aceita pela comunidade devido ao seu funcionamento pouco confiável. As máquinas de calcular, descendentes da Pascalina, ainda hoje podem ser encontradas em uso por algumas lojas de departamentos espalhadas pelo mundo.

Origem das partidas dobradas

A partida dobrada teve o seu aparecimento nos fins do século XIII, em Toscana, na Itália, provavelmente, entre os anos de 1250 e 1280. Muitas dúvidas históricas ainda pairam sobre a sua verdadeira origem, mas foi **Luca**



Divulgação

Paccioli quem as difundiu em toda a Europa. Ninguém, até hoje, conseguiu identificar o autor das “partidas dobradas” nem apresentar provas das aplicações destas antes da época referida. Está fortemente comprovada, na Itália, a época da metamorfose das “Partidas Simples” para as “Partidas Dobradas”, pois, a partir do século XIII, as documentações tornaram-se

abundantes.

As teses sobre as origens são diversas, mas todas no campo das hipóteses. Muitos foram os estudiosos que se preocuparam em analisar os fatores que te-

diam gerado a Partida Dupla (Alfieri, Rigobon, Vianello, Corsani, Massa, Jaeger, Kheil, Brown, Wool, Peragaló, Masi, Zerbi, Vlaemminck, Lamouroux, Antinori, Esteve, etc.). Para o doutor em Contabilidade Antônio Lopes de Sá todas as hipóteses não levam a afirmativas que conduzam à convicção sobre o verdadeiro autor das partidas dobradas.

CFC e CRCMG apóiam campanha para crianças e adolescentes

O Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), está engajado no apoio à execução das ações do projeto do CRCMG, intitulado “Contabilista Solidário”. Uma de suas atividades é a de dar apoio à divulgação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) entre os contabilistas, empresários e sócios em geral, além de orientar e incentivar esses contabilistas como facilitadores na destinação de recursos dos impostos a pagar das empresas e pessoas físicas para projetos sociais e culturais.



os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares e os Fundos da Infância em todo o País.

Para promover a iniciativa, foi lançada, no ano passado, no Estado de Minas Gerais, a **cartilha** “Faça seu leão proteger nossas crianças com unhas e dentes”, viabilizada pelo Instituto Telemig Celular, em parceria com o Conselho de Cidadania Empresarial da FIEMG e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela mostra, de forma lúdica, como a figura do “leão” do Imposto de

Renda pode ser um “leão amigo”, que ajuda a proteger com “unhas e dentes” o público infanto-juvenil. O objetivo do material é ajudar a ampliar o volume dos recursos destinados aos FIAs em todo o País.

Segundo o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, “os contabilistas são formadores de opinião e desempenham papel-chave nas decisões tributárias de seus clientes. Incentivá-los e orientá-los na destinação de recursos ao FIA é uma atuação socialmente responsável do contabilista dentro de sua própria atividade. É um investimento social importante que não gera ônus para a empresa ou para o contador. É uma atitude cidadã”.

Com essa proposta, o CFC e o CRCMG participaram da campanha de divulgação de um projeto do Governo Federal nesta área: o “Fundo Amigo”. Esta é uma das quatro frentes de atuação do Programa Pró-Conselho Brasil, que visa buscar caminhos para ampliar a criação e fortalecer

Como os contadores podem participar

- Conhecendo, em detalhes, a legislação, os procedimentos para destinação; divulgando e incentivando empresas e empresários clientes a contribuir.
- Destinando 6% do Imposto de Renda Devido (pessoa física) para o FIA (a Lei permite que, do valor destinado, seja descontado até 6% do Imposto de Renda Devido).
- Destinando 1% do Imposto de Renda Devido (pessoa jurídica/escritórios) para o FIA.
- Aderindo ao projeto “Contabilista Solidário” do CRCMG.

Ministro Berzoini recebe homenagem do CFC

Iderlon Calasancio



O ministro do Trabalho e Emprego, **Ricardo Berzoini**, recebeu, no dia 13 de dezembro de 2004, em seu gabinete, uma placa simbólica em agradecimento a sua participação no 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, ocorrido em

Santos (SP), entre os dias 24 e 28 de outubro de 2004. A peça traz os seguintes dizeres: “Homenagem do CFC pelo incentivo à realização do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade e pelo empenho de Vossa Excelência em tornar este o maior evento nacional da área contábil. A contribuição de Vossa Excelência é o reconhecimento do valor dos contabilistas para o progresso do País”. Na oportunidade, disse o ministro: “sinto-me honrado por estar recebendo esta homenagem da classe contábil. Fiquei admirado com a organização e com a quantidade de congressistas. Reconheço o imenso e indispensável papel do contabilista perante a sociedade”. A entrega da homenagem foi feita pela conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante (foto), que, na ocasião, representou o presidente da entidade.

Martonio fala à Rede Globo sobre correção da tabela de IR

O presidente do CFC, contador José Martonio Alves Coelho, concedeu entrevista, no último dia 13 de dezembro, ao “Jornal Hoje” (Rede Globo), sobre a correção da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física.

Martonio reforçou que não concordava com o argumento do Governo federal de que, se a tabela fosse corrigida, haveria perda de arrecadação para os cofres da União. Segundo ele, se o trabalhador pagar menos imposto terá um pouco mais para gastar, e essa renda será tributada em impostos, como IPI e ICMS. “Seria apenas dar um destino diferente a este recurso, que iria para o trabalhador e depois voltaria em forma de novos tributos”, justificou.

Dias depois, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou a correção em 10% da tabela do IR, defasada desde 2002.

Solenidade

Medalha é entregue em Minas Gerais

A solenidade de entrega da medalha “Mérito Contábil de Minas Gerais”, instituída pela Resolução CRCMG nº 272/04, foi realizada no último dia 6 de dezembro, em Belo Horizonte (MG). A homenagem é entregue ao contabilista que, por seu trabalho e dedicação, distinguiu-se ou obteve projeção no exercício da profissão contábil.

Os agraciados da noite foram os contadores Antônio Lopes de Sá, Hamilton Parma e Luiz Francisco Serra. O presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, disse à platéia que os homenageados conseguiram transpor vários obstáculos e conheceram de perto as “mazelas” que “nos foram impostas durante décadas”. “Uma delas é a inflação que, por muito tempo, lesou o Brasil e dificultou muito o nosso trabalho. A outra é a burocracia, que continua firme. O que tenho a dizer a estes homens é um ‘muito obrigado’ por tudo o que fizeram pelas Ciências Contábeis”, concluiu.

CRCMS amplia frota de veículos



Martonio entrega os carros ao presidente do CRCMS

Com o apoio financeiro do CFC, o Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul (CRCMS) substituiu sua atual frota de veículos, com mais de cinco anos de uso, por novos carros que serão utilizados nas diligências do Setor de Fiscalização pela região. A medida contribuiu, inclusive, para diminuir os custos do CRC com a manutenção daqueles utilitários. O presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, esteve em Campo Grande para entregar os veículos zero quilômetro – da marca Fiat Uno 1.0, modelo 2005 – ao presidente do CRCMS, contador Luiz Henrique de Souza.

Paulo Viana Nunes | “Profissional da Contabilidade, um soldado espartano”

“As diversas entidades internacionais que congregam a Contabilidade buscam, de forma incessante, a internacionalização das normas contábeis”. A frase, citada pelo conselheiro do CFC, Paulo Viana Nunes (gestão 1º/1/2002 a 31/12/2005), demonstra sua confiança em afirmar que a Contabilidade será a profissão do futuro. Formado em Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Visconde de Cairu, em Natal (RN), no ano de 1959, Paulo Viana lembra que o primeiro emprego

ligado à área foi em um estabelecimento militar. “Trabalhei no 3º Batalhão de Engenharia e Construção, especificamente, na área contábil”, revela.

Para o técnico, a Contabilidade, em seu caráter patrimonialista, sofreu profundas mutações com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) pelo Conselho Federal, além das parcerias com vários organismos e do Programa de Educação Profissional Continuada. Essas mutações, segundo Viana,

transformaram o novo profissional em um “soldado espartano condicionado, por meio de exercícios, para as lutas diárias que o mercado lhe impõe”, afirma.

Paulo Viana ressalta os trabalhos realizados em 2004. “Sem dúvida, foi um ano de conquistas e de vitórias, não só para o CFC, mas também para os Conselhos Regionais. O 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade foi uma marca de confiança e prestígio”, revela. Ainda, segundo o contabilista, “esse sucesso se deve

à marca principal da administração do presidente Martonio, atingindo a meta do equilíbrio político no Sistema CFC/CRCs. O presidente conseguiu dar maior representatividade a todos os componentes da classe contábil”, concluiu.



Divulgação

Detalhes da carreira

Paulo Viana foi conselheiro do Conselho Regional do Rio Grande do Norte (CRCRN) por três mandatos; membro do Conselho Diretor do CFC e secretário-geral da Junta Comercial do Rio Grande do Norte. Atualmente, é membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, coordenador-adjunto da Câmara de Ética e Disciplina e conselheiro do CFC, já em seu segundo mandato.

Francinês Maria Nobre Souza | “Não tenho medo de ensinar o que sei”

A conselheira Francinês Maria Nobre Souza (gestão 1º/1/2002 a 31/12/2005) diz que aprendeu a lidar com a Contabilidade “na raça”. Formada como Técnica no ano de 1990, em Rio Branco (AC), ela se lembra do primeiro emprego, logo após a formatura. “Eu não sabia nada de Contabilidade; fui aprendendo com meu esforço e dedicação”.

A soma de blocos de notas foi o primeiro contato dela com a Contabilidade. “Eu somava os blocos de notas de três a quatro vezes por dia, mas sabia que tinha potencial para mais”, disse. Francinês sempre pedia que a

ensinassem mais sobre a prática contábil. “Ninguém queria me ensinar, talvez porque, à época, não tivesse experiência”, lembrou.

Em alguns momentos, a conselheira pensou em desistir, pois achava que não tinha competência suficiente para realizar os procedimentos contábeis no escritório. “Eu tinha que provar que era capaz. Durante vários dias, fiquei no meu horário de almoço revendo os rascunhos que eram jogados fora até aprender todo o processo”, contou.

Especialista na área fiscal, Francinês lamenta os últimos fatos

ocorridos no País. “O contribuinte dorme com uma Lei e acorda com outra. Um exemplo recente é a Medida Provisória 232/04. Essa medida vai destruir todas as micro e pequenas empresas”, avaliou.

Francinês é outra defensora efusiva da realização do Exame de Suficiência: “é um *test-drive* para o futuro contabilista”. Segundo ela, o Exame avalia, pelo menos, o potencial teórico do candidato. Para os futuros colegas de profissão, ela manda o seu recado: “não tenham medo de repassar seus ensinamentos; eu não tenho medo de ensinar o que aprendi”. Francinês parabeniza a

gestão atual, presidida pelo contador Jose Martonio Alves Coelho. “Houve uma transparência a partir do momento que o presidente deu uma oportunidade para os conselheiros suplentes mostrarem seus trabalhos”, finalizou.



Divulgação

Detalhes da carreira

Francinês Maria é Técnica em Contabilidade e Bacharel em Ciências Contábeis. Além disso, é especialista na área contábil-fiscal e conselheira suplente do Conselho Federal de Contabilidade (gestão 1º/1/2002 a 31/12/2005).

Assine agora a **Revista Brasileira de Contabilidade**

Acesse o site www.cfc.org.br e faça a sua assinatura online.

Você pode ainda ligar grátis 0800-611946, de Segunda a Sexta-feira, das 13h30min às 18 horas ou enviar um fax (61) 226-6547.



Boletim Eletrônico

Aproveite o acesso ao site para se cadastrar e receber o **Boletim Eletrônico do CFC**, que traz as mais recentes informações sobre o Sistema Contábil Brasileiro.